

Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DA TARDE

Class.: 634

Data 02/12/83

Pg.: _____

Capemi: Aragão acusa.

Em acareação feita ontem pela CPI da Capemi, o ex-presidente do Grupo Capemi, general Ademar Messias de Aragão, e o ex-superintendente da Agropecuária Capemi, Fernando Pessoa, negaram qualquer responsabilidade pelas irregularidades da falência da empresa e o general Aragão voltou a acusar o ministro da Agricultura, Amaury Stáble, como responsável pessoal pelo fracasso da Agropecuária na exploração da madeira de Tukurui.



Stáble foi o executor de um plano específico destinado a asfaltar a Agropecuária, disse Aragão, apontando como co-responsáveis o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, por ter vendido madeira inexistente na área inundável de Tukurui; a Superintendência de Seguros Privados (Susep), por ter, através de Francisco Figueira, promovido uma espécie de "intervenção branca" na distribuidora do Grupo, provocando, num só dia, prejuízos de Cr\$ 400 milhões; e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, por se negar a assinar avais já comprometidos.

Evasivos, tanto Aragão quanto Pessoa fizeram com que a CPI não chegasse a seu objetivo com a acareação, isto é, que alguns dos dois assumisse alguma responsabilidade. Aragão acusou Stáble de inviabilizar totalmente o projeto ao cancelar o contrato pouco antes da realização de uma grande venda a Formosa, o que daria liquidez à empresa.

Aragão nem confirmou nem desmentiu a hipótese levantada pelo deputado Tidei de Lima

(PMDB-SP), segundo a qual Stáble, sendo "afilhado" do ministro Delfim Neto, teria "bombardeado" a Capemi porque esta empresa, através da revista *O Cruzeiro*, preparava-se para dar um suporte à candidatura à Presidência da República do chefe do SNI, general Octávio Medeiros.

Delfim estaria empenhado na candidatura Andreazza, segundo o deputado.

A CPI vai, agora, reiterar pedido ao SNI para que entregue o relatório completo das investigações sobre a Capemi.

No Rio, o curador de massas falidas Hélio Gama prepara-se para oferecer denúncia ao juiz da 7ª Vara de Falências de vários implicados na falência irregular da Capemi. E um dos dispensados de depor no inquérito, Antônio Mourão Abissâmara, foi o beneficiado por Cr\$ 120 milhões pagos pela Agropecuária à sua empresa FAN, por uma edição inexistente do livro *A verdade sobre o índio brasileiro*. Na verdade, essa quantia foi paga a Abissâmara como indenização pela rescisão do contrato que assinara com a Capemi, no valor de Cr\$ 600 milhões. Era sócio de Abissâmara na FAN o deputado Gustavo Faria (PMDB-RJ), que acabou editando aquele livro, através da sua Guavira Editores, mas para a Funai. O próprio Faria confirmou ontem ter a FAN recebido os Cr\$ 120 milhões pela encomenda do livro feita pela Capemi, mas garantiu que a Guavira não teve nenhuma participação, limitando-se a editar 50 mil volumes para a Fundação Nacional do Índio.